



## **O PROTAGONISMO DOS COLONOS DE SANTA CRUZ: FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTA POLÍTICA NO CAMPO (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1930-1960)**

HENRIQUE DIAS SOBRAL SILVA\*

Nestas notas de pesquisa somos convidados a refletir sobre o papel das organizações coletivas de colonos na construção de estratégias na luta por direitos no Núcleo Colonial de Santa Cruz<sup>1</sup>. Dessa maneira, nosso objetivo se estrutura na tentativa de desvendar como se apresentaram as ações políticas coletivas dos colonos. Considerando seus lugares de beneficiários da política de colonização, quais seriam seus interesses em uma organização coletiva? Como se mobilizariam na conquista de seus pleitos? Enfim, precisamos identificar como os colonos organizaram-se coletivamente e como construíram relações com outros grupos.

Importante lembrarmos-nos que tal projeto de colonização circunscrevia-se no plano federal de fomento do abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro, criado ainda no governo de Washington Luís e expandido no governo de Getúlio Vargas. Tal projeto partia da premissa da ocupação e expansão da produção agrícola nas zonas limítrofes da então Capital Federal, tarefa a ser realizada por famílias nacionais e estrangeiras selecionadas por edital. Dentre as atribuições dessas famílias, estava o cultivo de gêneros agrícolas que, com seus rendimentos, colaborariam com a quitação das dez parcelas nas quais os lotes eram concessionados aos colonos.

Sendo assim, a condição de concessionário de um lote colocava a esses homens desafios como a preocupação com questões de produção, assistência técnica e a garantia da emissão do título de propriedade. Enquanto isso havia a demanda do Estado que, ao passo que pretendia transformar diferentes grupos em pequenos agricultores, inseria esses colonos nos ternos da burocracia estatal e na racionalidade da produção para o mercado interno.

Frente a essas muitas mudanças e demandas, investigar a estruturação de organizações coletivas dos colonos, colabora com um quadro de seu fazer político que, enquanto ator político não poder ser entendido homogeneamente e sim atravessado por uma luta dialética permanente (BOTELHO, 2006, p.89). Por último, acreditamos que fatores como coesão, desmobilização e

---

\* Mestre em História pela UFRRJ e membro do Laboratório de Experimentação em História Social, LEHS-UFRRJ. Contato pelo e-mail: henriq\_sobral@hotmail.com. Essas considerações tratam-se de uma síntese dos resultados das reflexões feitas pelo autor em sua dissertação de mestrado defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. SILVA, Henrique Dias Sobral. *Nas tramas da colonização: uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)*. 2017. 268p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

<sup>1</sup> Doravante, NCSC.

resistência possam demonstrar as formas de construção dessas experiências coletivas, ressaltando os limites e as possibilidades da ação política das organizações dos colonos. Portanto, acompanhemos esse processo de organização dos colonos.

### 1.1 – Os colonos e (algumas) práticas de associação

As tentativas de mobilização dos colonos de Santa Cruz parecem ter sido, inicialmente, propostas pelo Estado na forma de cooperativas de trabalho. Propostas essas autoritárias que incidiam mais sobre a produção capitalista do que acerca da organização dos cooperativados. A primeira experiência cooperativa do NCSC foi organizada em 1932<sup>2</sup> (DOU de 28 de Dezembro de 1932, p. 28). Apesar de reunir a produção dos colonos do núcleo, nenhum deles é citado na matéria publicada em *O Globo*, quando da instalação da cooperativa.

O caráter do Estado autoritário, com seu caráter de preceptor da sociedade, pode ser observado na divisão de atribuições da cooperativa em maior número para engenheiros do Ministério, cabendo a eles a responsabilidade de dirigir a organização, produção e comercialização dos gêneros produzidos pelos concessionários de Santa Cruz. Sendo o único colono citado Gil Sobral Pinto, concessionário do lote 24, eleito como presidente da cooperativa.

Todavia, não foi à produção da colônia que se destacou, mas sim os escândalos da cooperativa. Um desses casos veio à tona através do telegrama do colono Pedro Sabino, concessionário do lote nº7, que em uma defesa aberta da administração do NCSC solicitava:

*“Há com efeito necessidade de um inquérito. Este, porém, policial, para apurar não irregularidades da administração do núcleo, mas para que se chegue a saber onde foi parar cerca de dois contos de réis da cooperativa dos colonos de Santa Cruz, cujo diretor-tesoureiro, Ubaldino Palhares, é, precisamente o signatário [de reclamações] ao sr. ministro da agricultura. É o que me cabe declarar a bem da verdade” (O Globo, 26 de outubro de 1934, p.02).*

A resposta a Sabino veio nas palavras do colono Ubaldino Palhares que explicava a situação administrativa da cooperativa agrícola:

*“Ao que se referiu a Sociedade Cooperativa só me cumpre contestar que seja eu o seu diretor-tesoureiro e que tenha sobre minha guarda os seus valores. Sou o seu diretor-comercial e nessa qualidade - pesa-me dizer-lo – fui obrigado a tomar contra o declarante certas medidas disciplinares, como corretivo a sua conduta*

---

<sup>2</sup> Diário Oficial da União (DOU) de 28 de Dezembro de 1932, seção 1, p. 28.

*inconveniente no seio da sociedade, no que fui apoiado pelo chefe do núcleo, [...] Henrique Dietrich, conforme consta do processo D.N. P – 3.0144933.*

*Os livros e valores conforme os estatutos, estão sob a guarda e responsabilidade do diretor-tesoureiro, sr. Ludwig Uher, cargo que o colono Sabino “confundi” com o meu, no propósito deliberado de articular algo contra minha pessoa.*

*Ao exame de todos os sócios da cooperativa estão os livros e mais documentos, que como já foi dito, estão em poder do Sr. Uher.*

*Venha, pois o inquérito, administrativo ou policial, não só para apurar os desmandos da administração do centro [...] talvez se chegue a saber dos motivos que levaram o colono Sabino há poucos dias ainda severo crítico da mesma administração, a se tornar seu apologista...” (O Globo, 01 de novembro de 1934, matutina, geral, p.05).*

Apesar do imbróglio de responsabilidades sobre as finanças e o cargo de diretor-tesoureiro da cooperativa, sabemos que o colono austríaco Ludwig Uher, meses antes da explicação de Ubaldino Palhares, solicitou a isenção de impostos de importação “para objetos de uso domésticos provenientes da Áustria e destinados à esposa do colono” (*Jornal do Comércio*, 24 de março de 1934, p.11), pedido acolhido pela Delegação do país europeu no Brasil e pelo Ministério das Relações Exteriores. Ainda que com isenção, os produtos solicitados deveriam ser pagos, assim, fica a indagação, um colono teria condições de importar produtos domésticos para o NCSC? Acreditamos que não.

A despeito das situações embaraçosas para a direção da cooperativa, sua presença nos periódicos é nula ao longo da década de 1930, sem qualquer menção a eleições para diretoria, vendas de gêneros agrícolas e outros expedientes próprios da organização<sup>3</sup>. Tal situação nos sugere um abandono momentâneo do projeto de cooperativização, haja vista a sucessão de acusações e investigações iniciadas acerca da administração e dos colonos entre os anos de 1934 e 1936.

Essa situação foi alterada somente em 1939, quando exatos seis periódicos<sup>4</sup> davam destaque a matéria “Será iniciada amanhã a venda de produtos agrícolas diretamente do produtor ao consumidor” (*O Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1939, p.06.). O interesse jornalístico dizia respeito especialmente à condição dos altos preços e a carestia de alimentos vivida pela cidade do Rio de Janeiro no período, haja vista a dificuldade de distribuição e regulação dos preços, atingindo especialmente os mais pobres.

Quanto ao NCSC, as matérias noticiavam uma parceria entre a Prefeitura do Distrito Federal e o Ministério da Agricultura visando o oferecimento de transporte para as mercadorias dos

<sup>3</sup> A única referência encontrada trata de uma reclamação da Sociedade Cooperativa do Centro agrícola de Santa Cruz contra o NCSC, essa reclamação foi endereçada ao diretor do DNPV. Contudo, tal reclamação não teve quaisquer desdobramentos públicos. Diário Oficial da União (DOU) de 29 de Março de 1933. p. 29-30. Seção 1.

<sup>4</sup> Eram eles: Correio da Manhã, O Jornal do Brasil, Diário Carioca, Gazeta de Notícias, O Jornal e O Radical.

colonos e o estabelecimento de pontos de venda da produção do NCSC nos bairros pobres cariocas e nas zonas centrais da cidade (Idem). Acerca da produção dos associados à Cooperativa, expunha-se que o valor da produção anual estava orçado em 1.500 contos de réis, alto valor naquele período (Idem). Exaltavam-se ainda os baixos preços de venda ao consumidor e a variedade de produtos a serem comercializados pelos colonos.

Com o sucesso da iniciativa, em março de 1939, a Cooperativa Agrícola recebeu a tarefa de chefiar o envio da produção do NCSC em caminhões disponibilizados pelo Ministério da Agricultura para áreas centrais do Rio de Janeiro, para a venda a população sem a figura dos intermediários, duas vezes por semana (*Correio da Manhã*, 11 de março de 1939, p. 06.).

Em 1º de maio de 1939, a cooperativa passou a ser denominada Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Santa Cruz. Recebendo a partir de dessa data um estatuto, registrado junto ao Ministério da Agricultura, sendo divulgada como “composta unicamente de colonos do núcleo colonial de Santa Cruz” (*A Batalha*, 12 de maio de 1939, p. 01). Após essa mudança de nomenclatura, conseguiu barracas que seriam instaladas nas “zonas de população pobre e operária” para a venda, a preços tabelados entre o Ministério e a Prefeitura, das produções dos colonos<sup>5</sup>.

Interpretamos que essa mudança de nomenclatura pode sinalizar, mais uma vez, a distância entre os colonos e o pouco apreço dos administradores e empregados em incentivar o cooperativismo entre os colonos. Promovendo a um só tempo, a falência de um projeto cooperativista unificado e também o distanciamento dos colonos que, por questões sociais e culturais, formavam pequenos agrupamentos cooperativos, quando o faziam.

A mudança de nome, contudo, não fez cessar os desvios da gestão. Sendo esta mais uma vez denunciada, naquele momento, pelo colono João Ayres Pinto Júnior, concessionário do lote 33 (*O Radical*, 23 de novembro de 1939, p.4.). Na denúncia endereçada ao ministro Fernando Costa, a diretoria era acusada de “fazer desaparecer quotas-partes e jóias de vários cooperadores” (Idem) além de ter deixado de vender produtos da lavoura concedidos à cooperativa para transporte e venda. João Júnior solicitava ainda a instauração de um inquérito e averiguação dos livros-caixa da cooperativa.

Em 1942 o *Jornal do Brasil* noticiava a matéria “há mercadoria, mas não há transporte” (*Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1942, p. 05), em que informava o estado da produção do NCSC que, desde o ano de 1939 vivia um surto de altas produções, que em meados de 1942 enfrentava a

---

<sup>5</sup> As principais culturas atendidas pela Agro-pecuária eram: aipim, batata-doce, banana, laranja, peras e tangerinas.

falta de transportes para a comercialização. A perpetuação dessa situação chegou até 1946, ano em que em meio a uma visita do ministro da Agricultura, os colonos queixavam-se da direção da Cooperativa de Santa Cruz. Entre as reclamações, estava o tratamento dispensado que, “longe de beneficiá-los, vem até causando prejuízo” (*O Globo*, 03 de junho de 1946, p.08), entre essas práticas estava o não pagamento pelos produtos cooperativados. Explicamo-nos, o que ocorria era a ‘terceirização’ das atividades da cooperativa a intermediários que, recolhiam e vendiam os produtos nos mercados e feiras-livres, impondo preços baixos aos produtores, embora arrematassem altos lucros com os consumidores.

Tal condição era acompanhada de uma nova queixa à Cooperativa que, sendo responsável pelo fornecimento do remoído<sup>6</sup>, utilizado na alimentação animal, era distribuído aos colonos através de uma cota mensal de 3.500 sacos. Todavia, em junho de 1946, acumulavam-se mais de seis meses sem o seu repasse aos colonos. Segundo a matéria “a entidade preferia vender a terceiros, com maiores lucros” (*O Globo*, 03 de junho de 1946, p.08). O resultado dessa opção mais rentável à Cooperativa foi à queda acentuada nas criações de suínos, de 3.500 cabeças para 300, tendo ocorrido o mesmo com a criação de aves.

Poucos dias após, o general Portela, presidente da Comissão Central de Abastecimento e Preços<sup>7</sup>, recebeu uma carta dos dirigentes da Cooperativa, subscrita pelo engenheiro agrônomo Humberto Bruno<sup>8</sup>. Estabeleceu-se nesse cenário um Teatro do Poder, sendo agora o engenheiro Bruno o primeiro a encenar uma filiação e respeito direto pela política de cooperativização do Estado autoritário que, em suas palavras “[...] sempre foi e continuará a ser uma indiscutível reação contra os excessos do capitalismo a serviço dos grupos privilegiados”. Admiração que não o inibiu de executar uma leve crítica às “autoridades públicas pagas pelo povo para a defesa do interesse coletivo e bem estar de todos” que, segundo o engenheiro, apoiavam os entraves pelos quais passava à Cooperativa iniciava sua reclamação.

Todavia, apesar dos lucros da produção, como diretor da cooperativa desde 1943 o engenheiro Bruno tinha sua gestão atravessada pela ação de um grupo de produtores intermediários, “interessados em desacreditar o Cooperativismo em benefício próprio tudo vem fazendo para manter desarticulados os pequenos produtores, a fim de subordiná-los à sua

<sup>6</sup> Subproduto da moagem do trigo.

<sup>7</sup> Órgão criado pelo decreto-lei nº9.125, de 4 de abril de 1946, para a regularização e controle dos preços na tentativa de impedir o encarecimento da vida.

<sup>8</sup> Os próximos cinco parágrafos foram escritos com base na carta do engenheiro agrônomo Humberto Bruno endereçada ao general Scarcela Portela e publicada em: *A Noite*, 14 de junho de 1946, Edição: 12286, p.02.

vontade, para a ação intermediária que exercem em prejuízo de todos”. Segundo o engenheiro, tal grupo era formado por “criadores intermediários pertencentes à cooperativa e que se filiou para ter assegurado o comércio do leite cru, proibido no Distrito Federal”.

Em relação a esses supostos “colonos-atravesadores”, “ao perceber nossa intenção contrária a seu interesse, instalou uma campanha derrotista, que ainda perdura, no sentido de entravar a marcha da cooperativa, criando para administração um ambiente hostil que, de fato, serviu para evitar o controle que receava”. Atitude que foi respondida pela direção da Cooperativa com práticas mais atentas aos cooperativados e a sua produção, ação avaliada pelo engenheiro como de não flexibilização “[...] restando a esperança de que outras autoridades mais esclarecidas e devotadas ao bem público obriguem os interessados ao cumprimento do dever, para a defesa do interesse geral”.

Sendo esse pequeno histórico endereçado ao General Scarcela Portela, era encerrado com “a finalidade de confirmar a resistência passiva de grande número de produtores localizados no Núcleo Colonial de Santa Cruz contra esta cooperativa”, que, nos termos do emissor da carta tinha por única intenção manter afastados os intermediários de “pouco escrúpulo e forçar alguns produtores a serem honestos para com o público em geral, pelo oferecimento de produtos puros, não adulterados” (*A Noite*, 14 de junho de 1946, p.02.).

Propondo uma clara divisão entre os colonos inseridos na cooperativa, em que de um lado estariam “colonos produtores” e de outro lado os “colonos-atravesadores”, a autoimagem da direção de Humberto Bruno é a de um, suposto, orientador abnegado dos procedimentos do cooperativismo, sendo atrapalhado pela ganância do segundo grupo. Na carta pode-se constatar também a fragilidade da atuação da diretoria e também a não inserção da racionalidade dos colonos na construção da atuação da cooperativa, sendo tida como nociva e prejudicial ao consumidor final.

Logo após o recebimento da carta do engenheiro agrônomo, no dia 13 de junho de 1946, uma comissão formada por seis colonos cooperativados dirigiu-se ao Palácio do Exército, na região central do Rio de Janeiro e obtiveram uma audiência com o general Scarcela Portela<sup>9</sup>. Já informado da situação dos colonos e da Cooperativa, o general indagou

---

<sup>9</sup> A comissão era formada pelos colonos: Raul Alves de Abreu, Joaquim José Ribeiro, José Pedro Alves, Napoleão Borges de Matos, Ismael de Amorim Bezerra e Altamiro Barbosa. Diário de Notícias, 11 de junho de 1946. Edição: 07250, p.01.

“Os senhores tem delegação para falar em nome de todos os sócios?”<sup>10</sup> ao que foi respondido por um “Sim”. Após a afirmativa, os colonos responderam com um enfático “Não”, quando perguntados sobre a regularidade do funcionamento da Cooperativa. Sendo o general interpelado por um dos associados que narrava “a atual administração está exercendo as suas funções abusivamente, pois terminou o mandato em dezembro de 1944 e foi eleita só para completar o tempo do diretor anterior”.

Porque motivos não haviam sido convocados novas eleições? Ainda que não houvesse adversários para o pleito, havia dispositivos que legitimavam a eleição de uma chapa única. Todavia, esse procedimento não ocorreu e a diretoria, da qual Humberto Bruno fazia parte, perpetuava-se no poder na colônia. Note-se também que a cooperativa era dirigida, naquele momento, por um engenheiro agrônomo, o que pode ainda ter inibido candidaturas dos colonos. Situação que expunha mais uma limitação na organização do NCSC, a falta de assistência aos colonos no processo de condução de uma cooperativa, afinal, esses homens, na maioria das vezes não dispunham de experiências administrativas dessa ordem, tão pouco recebiam formação que os aproximasse desse contexto.

Retornando a visita, se tratava de ponto pacífico afirmando da capacidade produtiva do NCSC para o abastecimento da cidade e a necessidade “do auxílio material e financeiro do governo”. Tal observação escapava do âmbito da cooperativa e se alargavam também para a administração do NCSC, também repleta de irregularidades e descontinuidades na gestão, os colonos dedicaram-se a exposição da situação de venda na colônia. Exemplificando, informavam que vendiam a baixos preços para a Cooperativa e quando tentavam a venda para atravessadores ocorriam casos como “[...] certo açambarcador que ofereceu, por toda [...] a produção, 12.000 cruzeiros, enquanto outro, sabendo disso, fez sua oferta para 30.000 cruzeiros, dando três mil de sinal. Todavia, espera até hoje os 27.000 restantes”. O mesmo colono disse ainda que o referido atravessador depois ainda lhe pediu uma indenização, alegando prejuízo com a transação.

Importante notarmos que, apesar da desvantagem da relação com os atravessadores, os colonos ocupavam-se dessa relação. Tal como analisou Maria Auxiliadora Botelho, a venda para intermediários por preços abaixo da média, incluía a pequena produção na reprodução da lógica da exploração de mercado (BOTELHO, 2006, p.92). Tal opção pelos açambarcadores era assumida

---

<sup>10</sup> A audiência foi reproduzida pelo periódico *A Noite* e será utilizada nos próximos cinco parágrafos contínuos. *A Noite*, 14 de junho de 1946, Edição: 12286, p.02.

pelos integrantes da comissão, porque consideravam desonesta a direção e tinham “certeza de que não receberiam o fruto do seu trabalho honrado”.

Exposto o caso, a comissão solicitava a intervenção do governo na Cooperativa com a devida “compra de toda a produção da mesma [...] o que virá beneficiar o produtor e o consumidor”. Em última análise, o general garantiu a comissão que, “para satisfazer as aspirações desses agricultores torna-se indispensáveis duas medidas principais: organização de um mercado para seus produtos e compra direta da produção, para pagamento imediato” (*O Dia*, 15 de junho de 1946, p.08).

O caso analisado é bastante notório, havia de um lado, uma clara cisão entre a direção que se apresentava como abnegada e interessada nos interesses de produtores e compradores, por outro lado a organização coletiva dos colonos que pediam por melhores condições de venda e cooperativização no NCSC. Em ambas as colocações, traços do teatro do Poder que mais uma vez eram necessárias na garantia da defesa suas de demandas. Nesse processo de disputa, o papel do general Scarcela Portela surge como um mediador das tensões internas à cooperativa, cabendo a ele chancelar a posição de um grupo ou outro, sob a pena do desmantelamento dessa organização e por consequência a perpetuação do entrave do abastecimento da Capital Federal.

Como saída, na mesma data foi declarada a intervenção na cooperativa Agro-Pecuária executada através do decreto-lei nº9362 de 15 de junho de 1946. Nele, autorizava-se a intervenção do Ministério da Agricultura na cooperativa, executada através da escolha de um superintendente, que, sendo funcionário público manteria seus ganhos e seria gratificado “pelos cofres da cooperativa”<sup>11</sup>. Intervenção que se encerraria, com a elaboração de um relatório em que os desvios fossem sanados.

Apesar de rarefeitos os comentários e escritos dos colonos sobre a experiência das cooperativas. Sabemos, por meio do relato do interventor Breno Ferreira Hehl<sup>12</sup> que, mesmo associados os colonos continuavam a fornecer a mercados e interventores, reservando apenas uma parte da produção à cooperativa (*O Globo*, 13 de abril de 1951, p.06.).

Todavia, a que se notar o avanço da cooperativa a partir da intervenção, em especial, com a venda direta da produção ao consumidor, distanciando a figura dos intermediários. Tal prática se

---

<sup>11</sup> Decreto-lei nº9362, de 15 de junho de 1946.

<sup>12</sup> Agrônomo economista do Ministério da Agricultura.

consolidou em 26 de agosto de 1946 quando voltava ao largo da Carioca, região central da cidade do Rio de Janeiro, o caminhão da cooperativa agrícola de Santa Cruz. Após um período de paralisação das atividades impostas por fiscais da Prefeitura do Distrito Federal (*O Globo*, 27 de agosto de 1946, p.05.). A partir de entendimento entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura, foram acordados ainda a venda dos produtos em outros pontos a cidade<sup>13</sup>.

Entretanto, ao que apontam as fontes, a falta de infraestrutura de transporte da cooperativa era um aspecto inibidor da venda da produção dos colonos. No período de intervenção de Breno Ferreira Hehl, foram solicitados caminhões ao exército (*O Globo*, 28 de agosto de 1946, p.09), o periódico *A Noite* cedeu um caminhão de sua propriedade e a firma de alimentos Dragão fez empréstimos de balanças para a Cooperativa (*Diário da Noite*, 24 de março de 1948, p. 03).

Não se tratam de gentileza e apreço pelos colonos, mas sim, uma forma de amenizar a alta de preços e/ou a carência de gêneros que em determinados casos encontravam-se somente no mercado negro, sob domínio de intermediários. Sobre a ação desses últimos, acompanhemos um caso ocorrido com os colonos de Santa Cruz.

Ao que parece, a ação dos intermediários tratou-se de uma forma de retaliação, que embora ocorrida com os colonos de Santa Cruz, tinha uma relação com práticas federais recentes de combate a carestia de alimentos. As medidas que fomentaram os ataques foram a aprovação no dia anterior da proibição da exportação de gêneros de primeira necessidade e a isenção de direitos e taxas de importação de uma lista de produtos.

Em meio à penúria dos colonos assolados pelo roubo das produções, se multiplicaram os rumores de que “elementos inescrupulosos pretendem adquirir, por preços mais elevados, os gêneros do núcleo [...] com o propósito ganancioso de prejudicar a ação das autoridades no combate a carestia” (*O Globo*, 30 de agosto de 1946, p.02.). Frente a isso, o ministro da agricultura, liberava o diretor da DTC e o interventor da cooperativa agropecuária a buscarem reforços policiais caso necessário para reprimir os intermediários.

Em 1948, os colonos de Santa Cruz, através da cooperativa eram convidados a ocuparem o novo entreposto de lavradores do Campinho, bairro da zona norte carioca, para que pudessem colocar seus produtos à venda para os consumidores (*O Globo*, 07 de maio de 1948, p.06). Ao lado de mais nove cooperativas, de distintas regiões da cidade do Rio, pretendia-se, mais uma vez eliminar os intermediários e baratear os custos com alimentação.

---

<sup>13</sup> Eram eles, Copacabana, Praça Tiradentes e Largo do São Francisco.

Nesse momento, a estratégia da cooperativa parece reiterar os contornos da resistência passiva. Em 1948 o diretor-gerente da entidade solicitou a Secretaria de Agricultura que:

*“A cooperativa, em nome dos seus associados, solicita á Prefeitura que 23 “boxes” do Mercado do Campinho sejam entregues ás cooperativas de produção, para a venda de frutas, legumes, verduras e cereais diretamente pelos produtores, devendo os negociantes dos caminhões-feiras existentes, bem como das feiras-livres, ficarem obrigados a se abastecer ali. Pedem ainda os produtores quatro caminhões para a venda ambulante de seus gêneros, e lembram a Prefeitura a necessidade de não ser novamente suprimido o bonde do Mercado de Campinho, como aconteceu de outra feita. Por fim, pedem os colonos, através do órgão que os representa, que para o transporte da produção de toda a Baixada de Santa Cruz contribua a municipalidade com os caminhões necessários, ficando a cooperativa a responsabilidade da organização do serviço” (Diário da Noite, 24 de março de 1948. Edição n° 04556, p. 03).*

Em resposta a esse ofício, o secretário de agricultura comprometeu-se com a execução das medidas solicitadas e sugeriu a introdução da produção dos colonos nas feiras-livres<sup>14</sup>. Entretanto, apesar da resposta, não se realizaram avanços na situação da cooperativa e dos colonos. Frente a esses embargos políticos, os membros da Cooperativa Agro-Pecuária de Santa Cruz enviaram ao presidente da república, expondo a grave situação em que se encontrava o NCSC e suas carências<sup>15</sup>.

Em meados da década de 1950, o presidente Café Filho delegava à Secretaria da Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal o comando da gestão das cooperativas da instaladas na cidade do Rio de Janeiro<sup>16</sup>. Entre as obrigações desse novo comando encontravam-se a reedição do projeto do cinturão verde, acompanhado da criação de cooperativas de produção e consumo.

No NCSC existiram poucas formas de organização que compreenderam basicamente grupos de recreio e cooperativas de produção. Enquanto os grupos de recreio foram criados pelos colonos japoneses, outros surgiram por iniciativa governamental<sup>17</sup>. Grosso modo, estas associações apresentavam uma característica formal e geralmente eram criadas por estímulo federal, para atender as exigências do projeto corporativista do Estado autoritário, em especial, a partir de 1938.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> *Diário da Noite*, 27 de março de 1948. Edição n° 04558, p.03.

<sup>16</sup> *O Globo*, 14 de outubro de 1954, matutina, geral, p.02.

<sup>17</sup> Sobre os grupos de recreio, pode-se consultar o segundo capítulo de: SILVA, Henrique Dias Sobral. *Nas tramas da colonização: uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)*. 2017. 268p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

Embora estruturadas sob alianças diversas, as cooperativas no NCSC tinham por objetivo o desenvolvimento da produção agrícola e sua distribuição nos mercados consumidores. Essa frente de luta se configurava para os colonos no entorno de questões de interesse econômico-corporativos, como as negociações para venda dos cultivos da colônia.

O processo de colonização criou uma forte influência do modelo paternalista para com os colonos, expressa na relação com o presidente e mais especificamente com o administrador da colônia. Essa situação fundamentou a execução de uma hegemonia cultural do Estado, articulada por valores ligados à disciplina do trabalho, a produção e ao trabalho familiar. Avaliamos que tal configuração, ao passo que inibiu ações políticas coletivas dos colonos ao longo dos governos de Getúlio Vargas, a partir de 1954, cedeu espaço a uma intensificação das lutas coletivas dos colonos.

Em face disso, as formas de ação e de organização dos colonos revelaram limitações em canalizar a resistência dos colonos com vias de conseguir abrir brechas para uma cidadania no NCSC. Entretanto, apesar dos conflitos internos, da dificuldade de organizações formais e duradouras de luta, o período de 1932 até 1968 foi marcado por constantes lutas, com maior ou menor sucesso, que colaboraram com a conquista e efetivação das demandas dos colonos.

A pluralidade e a descontinuidade da ação das cooperativas mostram mais um dos limites do projeto de colonização, a estruturação de uma rede de venda contínua dos gêneros agrícolas ao consumidor. Cada vez mais a questão da cooperativização foi sendo encampada pela Prefeitura do Distrito Federal e, a partir de 1965 para a jurisdição da GB, desvinculando-se do NCSC e passando a abranger o bairro de Santa Cruz e a região Oeste da cidade.

A criação do mercado municipal de Santa Cruz e o entreposto do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (1943), ambos na parte central do bairro, passaram a reter a produção dos colonos do NCSC na própria região, diminuindo os fluxos de saída da produção horti-granjeira e com isso diminuindo a reclamação dos colonos por transporte.

## **1.2 – As querelas da diferença: Colonos e administradores em disputa**

Nosso interesse volta-se, agora, aos reclames dos colonos por melhores condições de vida, assistência e produção na colônia. Outra iniciativa coletiva ocorreu durante as inundações de 1936. Nesse período uma delegação formada por seis colonos, “composta para melhor advogar os direitos” (*O Globo*, 03 de março de 1936, p.02) seguiu para a redação de *O Globo* com uma série de denúncias sobre a situação da colônia. Os interessados endereçavam suas queixas ao

ministro da agricultura Salgado Filho e ao prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, narrando a penúria e as dificuldades decorrentes das enchentes anuais, bem como a corrupção dos gestores do núcleo. Colocavam-se contrários à criação de uma comissão de avaliação dos prejuízos das enchentes chefiada por “pessoas suspeitas para essa missão” (Idem). Tal comissão, como exposto no tópico anterior, tinha como foco a execução de uma avaliação das “causas determinantes das inundações verificadas [...] opinando, sobretudo, em relação a que vem produzindo esse fenômeno”. Constava na portaria publicada em 14 de março de 1936 que seria formada pelo assistente-chefe do Serviço de Águas, Francisco Eugenio Magarinos Torres, o assistente-chefe do serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, Megalvio da Silva Rodrigues, o assistente-chefe do serviço de águas Waldemar José de Carvalho, e o assistente do Serviço Geológico e Mineralógico, Alberto Ribeiro Lamego<sup>18</sup>.

Os colonos prontamente se levantaram contra a formação da representação, apontando as limitações técnicas e políticas dela. Pelo engenheiro civil, Alberto Lamego, segundo os colonos “nada se alegraria se não fosse a sua inexperiência em assuntos agrícolas”; o segundo era filho de Enéas Calandrini Pinheiro, então administrador do núcleo e, o terceiro, o colono João Martins de Andrade foi descrito por Ubaldino como uma escolha equivocada, pois não tinha “requisitos intelectuais e morais para essa missão. Quase analfabeto isso seria o menos se não fossem os seus precedentes registrados na própria administração do núcleo”. Palhares quando chama atenção aos precedentes, recorda-se que João Martins de Andrade foi acusado de conluio com empregados do NCSC na produção de 70.000 mudas de bananeiras contaminadas, espalhando uma praga nas produções dos colonos no ano de 1932<sup>19</sup>.

Não se pode deixar de analisar o Contrateatro que essa situação apresenta: uma delegação de lavradores na redação de um periódico era um protesto simbólico dos colonos. Inicialmente, a ida de um grupo de colonos, além de indicar traços de uma organização coletiva, pode sugerir que a interceptação de correspondências tenha se agravado na gestão de Enéas Pinheiro e que a presença de uma delegação dos colonos pudesse alcançar as intenções propostas nas missivas. Observando a imagem, o número reduzido de colonos não é um

<sup>18</sup> Portaria do Ministério da Agricultura, Diário Oficial da União (DOU) de 11 de março de 1936, Seção 2, p.5453.

<sup>19</sup> Uma matéria fora publicada sobre o aparecimento da praga “*cosmopolitus sordidus*” na plantação de bananas em um dos lotes do NCSC, contudo, o colono não teve seu nome citado. Pode-se consultar a denúncia em: *Correio da Manhã*, “Serviço de Defesa Sanitária Vegetal”, 01 de novembro de 1934, edição nº12.251, p. 04.

ponto deficitário, ao contrário, demanda uma análise crítica não sob um viés quantitativo, mas sim, sobre a importância simbólica da ação.

A longa viagem de trem ou caminhão, com seus quase 65 km, por estradas precárias ou em longas horas nos trilhos de trem da Central do Brasil, deixando as lavouras com menos braços, nos fala muito do dispêndio e da luta desses homens. Sem dúvida, o impacto da falta de um membro na lida com a terra sobrecarregaria mulheres e crianças e teria impactos na produção final. Contudo, era pela garantia de direitos e pelo que Barrington Moore Jr. chamou de “tratamento humano decente” que eles dispuseram-se a tal empreitada (MOORE JÚNIOR, 1987). Além disso, é necessário entendermos a indignação dos colonos frente à situação vivida, em especial às enchentes, os reclames sobre a situação da saúde no núcleo e o desagrado com o colono participante da comissão de avaliação de prejuízos, se considerarmos esse como uma ruptura deliberada das autoridades com os mais sensíveis problemas dos colonos. Existia na situação colocada um código, ainda que de criação recente, quebrado pelos administradores, o do resguardo da condição mínima de existência da condição de camponeses.

Sobre os desdobramentos desse caso, no tópico anterior, pudemos acompanhar o levante de Ubaldino e as suas formas de luta, através da escrita em jornais, contra a ação personalista de Calandrini Pinheiro. No entanto, o que nos interessa nesse momento é a ação coletiva, nesse sentido, cabem agora algumas considerações sobre o tema. Longe de colocar de um lado o carrasco e do outro as vítimas, defendemos que trazer à tona os conflitos verticais e horizontais no NCSC significa perceber que esses processos sócio dinâmicos de disputa – pelo lote, pela assistência e até por questões salariais – se deram em um contexto de choques de propostas, cada grupo lutando para impor seu projeto, fosse com base no interesse coletivo ou individual<sup>20</sup>. Há lutas em que colonos e/ou empregados tensionavam pela garantia do cumprimento do “projeto” de colonização, enquanto a administração lutava para resguardar seus projetos pessoais. Essa legitimação reconfigurava também o poder dos administradores e contestava, dentro dos seus termos, o cumprimento das diretivas do presidente, que supunha o auxílio técnico e financeiro a esses colonos. Dessa maneira, indagamos se essa forma de luta escolhida pelos colonos de Santa Cruz foi a melhor.

\*\*\*\*\*

---

<sup>20</sup> Para James C. Scott, estão incluídas nesse processo as concepções de justiça social, direitos, deveres e relações recíprocas dos camponeses. Pode-se consultar em: SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press, 1985. p. 47.

Avaliamos os aparelhos políticos nos quais os colonos se organizaram, como as cooperativas e diretórios políticos, como veículos de expressão das demandas desses camponeses, todavia, havia limitações da atuação desses organismos. Concordamos com Edmundo Dias que analisou a constituição desses aparelhos como instituições representantes de outras racionalidades. Dessa forma, os colonos aparecem como desorganizados, porque se encontravam organizados segundo uma lógica capitalista (DIAS, 1999, p.56).

Para isso, partimos do princípio que o processo de constituição de classe entre os colonos somados a luta por direitos sociais, transformaram os contornos da colonização. Estamos distantes, todavia, de obter análises conclusivas sobre as relações existentes entre todos os elementos envolvidos nessa constituição, bem como de uma avaliação sobre os resultados nele alcançados.

Apesar disso, foi no sentido de fornecer elementos para a reflexão sobre essas questões que nos propusemos a estudar o processo de não formação de uma classe entre os colonos de Santa Cruz. Conforme buscamos demonstrar, este processo de não formação de classe foi atravessado por distintas noções de comunidade, que caracterizavam formações políticas e identitárias específicas e nem sempre coletivas. Essas identidades coletivas contribuíram para segmentá-las a partir da defesa de particularismos, baseados em questões étnicas e questões de ordem pessoal, nem sempre passíveis de averiguação ao historiador.

As décadas de 1930 e 1940, enquanto momentos históricos marcados pelo acirramento das diferenciações colaboraram com a diferenciação imputada aos colonos estrangeiros e as diferenças culturais e de assistência; comunidades herméticas para a complexidade das identidades de classe emergentes, como temos provado ao longo da dissertação, colaboraram com um tímido processo de organização dos colonos de Santa Cruz.

A questão étnica assumia aqui uma especificidade, na medida em que o núcleo abrigava, mas não integrava os distintos imigrantes e o início da Segunda Guerra Mundial e a vigilância aos elementos estrangeiros do Eixo, decorrente do conflito, afetaram possíveis fortalecimentos de relações inter-étnicas em Santa Cruz, processo também análogo ao aprofundamento da construção do Estado-nação que marcou o período. Expressando-se na forma de sociabilidades múltiplas e sem conexões inter-étnicas. A embrionária organização coletiva dos colonos, que emergia em Santa Cruz no período, utilizou parte de suas possibilidades históricas ao seu alcance, lidando com as contradições e desafios abertos no contexto político do governo Vargas até a década de 1960.

Enquanto grupo que se contrapôs às práticas dos administradores, os colonos fizeram críticas a irregularidades de acesso à assistência, ao mau uso dos recursos financeiros do núcleo, a morosidade na atenção em meio a catástrofes ambientais, os abusos dos administradores e seu conluio com parte dos empregados, a lentidão das ações do Ministério da Agricultura e a questão da titulação dos lotes. O processo de organização dos colonos ocorreu desde o início da colonização, em 1930, através de relações institucionais, se opondo ou aproveitando-se delas.

A expressão do Contrateatro coletivo dos colonos consolidou-se em movimentos coletivos, na forma dos memoriais, símbolos concretos da organização coletiva, ainda que pontuais, dos colonos do NCSC. Tais escritos coletivos também se configuraram como um aprimoramento das relações entre colonos e o Estado, em especial com agentes políticos como foram alguns deputados da região.

A ação coletiva desses sujeitos, apesar de assentada em uma crescente solidariedade de classe, realizada a partir de uma identidade de interesses que eles experimentavam no cotidiano da colonização não se cristalizaram no tempo. Todavia, concluímos que os colonos aprenderam a se organizar, porém, sem nunca ultrapassar os limites da institucionalidade.

Por último, dialogando com as teses de James Scott, encaramos que ainda que os administradores normalmente conseguissem impor seus desejos e projetos (SCOTT, 2000. p.27), eles não controlavam totalmente a cena, sendo nesse momento, “a deixa” dos colonos. Configurando-se essas comunicações como uma das nuances do Contrateatro, em que eles realizavam ações legitimamente políticas, referenciando e delimitando suas alternativas de ação tendo como horizonte a garantia de seus salários, seus sítios, por fim de suas subsistências e somente nesses termos podem ser assimiladas. Assim, frente ao conflito construíram-se formas de resistência em que, mesmo não ganhando batalhas premeditadas, teciam campanhas de confronto de longo prazo (SCOTT, 1985, p.38).

#### **Fontes consultadas:**

#### **HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (BN)**

##### **Periódicos - diários**

A Noite

Correio da Manhã

Diário Oficial da União

Diário da Noite

O Globo  
O Dia  
O Radical  
Jornal do Brasil

**CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES / GLOBAL RESOURCES NETWORK**

Relatórios e portarias do Ministério da Agricultura (<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>)

**Bibliografia:**

BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. *O protagonismo dos grupos subalternos do campo: entre a resistência e a subordinação*. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH - Unicamp: São Paulo, 2006.

DIAS, Edmundo. A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivação. *Textos Didáticos*, nº29, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

SILVA, Henrique Dias Sobral. *Nas tramas da colonização: uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)*. 2017. 268p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press, 1985.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.